



Al
Ab

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

**Assembleia de Freguesia
da
União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu**

Ata n.º 4/2018

Aos **quinze dias do mês de Maio do ano dois mil e dezoito**, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em **sessão extraordinária**, na Sede da União das Freguesias de Coimbra, sita no Bairro Sousa Pinto, número trinta e sete, nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 14º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dando cumprimento ao artigo 12 do mesmo diploma, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de antes da Ordem do Dia (nos termos do artigo 52º do Anexo I da Lei n.º 75/2013; de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 28º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra).

1. Autorização da celebração de Contratos de Delegação de Competências e de Acordos de Execução com a Câmara Municipal de Coimbra (**Anexo 2**).
2. Discussão e votação do Regulamento e da fundamentação das taxas e licenças para consulta pública nos termos da lei (**Anexos 3 e 4**).
3. Aprovação do Regulamento do Licenciamento das Actividades de Venda Ambulante de Lotarias, Arrumadores de Automóveis e Actividades Ruidosas de Carácter Temporário que respeitem a Festas Populares, Romarias, Feiras, Arraiais e Bailes (**Anexo 5**).
4. Discussão e aprovação do Orçamento Participativo da União das Freguesias de Coimbra e respectivo Regulamento (**Anexo 6**).
5. Reapreciação e votação da proposta de Regimento da Assembleia submetida pela Comissão Elaboradora (**Anexo 7**).
6. Outros assuntos de interesse para a União das Freguesias.

Estiveram presentes os Srs./ as deputados /as à Assembleia de Freguesias (com as respectivas assinaturas no livro de presenças).

su.
R
Abreu

42 - Jovino Augusto Armada Lourenço da Chão, Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Manuel Barata de
43 Tovar Portela Vieira e Hugo Valente Abreu (PPD/PSD);

44
45 - Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1º Secretário da Mesa de Assembleia (CDS-PP);

46
47 - Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa, Carla Alexandra Ribeiro da Silva
48 Azevedo de Freitas e Ricardo José dos Reis Barata (PS);

49
50 - Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente da Mesa de Assembleia, e Mariana Alexandra
51 Miranda Ribeiro, 2º Secretário da Mesa da Assembleia (Grupo de Cidadãos Eleitores “Somos Coimbra”);

52
53 - Maria Helena Dias Loureiro (Grupo de Cidadãos Eleitores “Cidadãos por Coimbra”);

54
55 - Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – Coligação Democrática Unitária).

56
57 Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de Lencastre Campos
58 (Presidente da Junta), Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário), Américo Alves Petim (Tesoureiro),
59 Manuel Fernando dos Santos Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues Abreu (2.º Vogal).

60
61 Deu-se início à reunião já com a presença do Presidente Eleito da Assembleia de Freguesia, que iniciou o
62 seu discurso agradecendo aos restantes presentes o apoio pelo falecimento da sua mãe e, ao mesmo
63 tempo, à Primeira Secretária, Ana Isabel Simões, por tê-lo substituído durante a sua ausência.

64
65 Seguidamente, foi dada posse ao novo membro da Assembleia de Freguesia Hugo Valente, que irá
66 substituir Maria Alice Velindro, a qual renunciou (**Anexo 1**) ao cargo no dia 8 de Maio de 2018.

67
68 Reatada a reunião pelo Presidente da Assembleia, pediu a palavra a Deputada Maria do Carmo Ferreira,
69 para agradecer ao Executivo pelo empenho, na pessoa de Carlos Pinto e do Presidente da União das
70 Freguesias, no apoio à recepção aos peregrinos de Fátima. Enalteceu todo o trabalho e cooperação dos
71 funcionários da Junta e à própria Câmara.

72
73 O Deputado Ricardo Barata interveio para apresentar o justificativo da sua falta à reunião de 8 (oito) de
74 Maio e desculpar-se pela assinatura indevida no livro de presença desse mesmo dia.

75
76 O Deputado Gonçalo Almeida mostrou a sua indignação pela perda de vários Deputados do PSD desde
77 Novembro até à presente data.

78

79 O Presidente da União das Freguesias disse que a Dona Maria Alice Velindro se encontrava acamada e
80 impedida de estar presente. Referiu ainda que a Sónia Godinho abdicara para evitar conflitos de
81 interesses.

82
83 Constatando não haver mais intervenções, o Presidente da Mesa inquiriu os presentes sobre se havia mais
84 alguém para falar dentro do Período Antes da Ordem do Dia.

85
86 Entrados no **Ponto 1** (Autorização da Celebração de Contratos de Delegação de Competências e de
87 Acordos de Execução com a Câmara Municipal de Coimbra), o Presidente da União das Freguesias citou
88 a ata de 18 de Abril para falar sobre o protocolo de obras aprovado pela Câmara e a limpeza das florestas
89 não aceite, quando a Câmara queria juntar as duas obras. Este votou contra a proposta da Câmara, uma
90 vez que acha que devem ser esperadas e discutidas em Assembleia separadamente.

91
92 O Presidente da Assembleia de Freguesias comungou com o Presidente da União das Freguesias no que
93 concerne ao protocolo de limpeza da floresta.

94
95 O Deputado Gonçalo Almeida mostrou-se reticente sobre a votação do protocolo quer em separado quer
96 em conjunto. Mencionou ainda os protocolos de delegação de competências, lamentando que não seja a
97 Junta a escolher e a executar as obras mas sim a Câmara Municipal.

98
99 O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da União das Freguesias para responder à questão
100 das obras protocoladas na Avenida dos Combatentes e pronunciar-se a respeito da proposta que o
101 Executivo entregou à Mesa sobre os capítulos I e II separados e votados.

102
103 O Presidente da União das Freguesias respondeu que em relação a essa proposta, ia de encontro àquilo
104 que dissera e que foi decidido em Assembleia Municipal. Mencionou que os seus colegas do Partido
105 Socialista só assinaram favoravelmente a proposta da minuta com a ressalva que depois seria discutido,
106 Junta a Junta, e estas poderiam aceitar ou não. O capítulo II não foi aceite pelo Executivo, pelo que
107 deveria ser votado em separado.

108
109 Em relação às propostas da requalificação das escadas de Santa Justa, ligação da Rua de Aveiro com a
110 igreja de Santa Justa, já não são viáveis.

111
112 O Presidente da Junta pediu ao Eng.º Santos Costa que o informasse sobre as obras futuras a realizar na
113 União das Freguesias, para evitar dissabores. Pediu igualmente uma reunião com o Presidente da Câmara
114 para discutir a Maria Linda (obra de 2017), as futuras obras e as actuais.

115
116 Em relação à obra do passeio da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, embora devesse pertencer à
117 Câmara Municipal de Coimbra, não estava prevista.

118

119 O Deputado Apolino Pereira discordou da ideia do Presidente da Junta de tratar os capítulos do
120 documento em apreciação separadamente.

121
122 Em relação às obras, os deputados ficaram surpreendidos pelas alterações efectuadas pela Câmara após
123 estas terem sido aprovadas em Assembleia de Freguesia.

124
125 A União de Freguesias de Coimbra, representada pelo Presidente do Executivo na Assembleia Municipal,
126 votou aí contra a estrutura do documento de delegação de competências como um todo. Considerou que
127 seria melhor votar os capítulos I e II em separado.

128
129 O Presidente da UFC assumiu o compromisso de as obras de 2019 que não sejam aprovadas ficarem à sua
130 responsabilidade.

131
132 O Deputado Apolino Pereira pediu esclarecimentos sobre as obras de 2018 formalmente indicadas à
133 Câmara Municipal.

134
135 O Deputado Jovino da Chão, embora concordante, queria saber se podia votar por capítulos, ao que o
136 Presidente da Assembleia respondeu dizendo que compete ao Presidente da Assembleia decidir e que
137 aceitava a votação dos já mencionados capítulos I e II em separado.

138
139 A Deputada Maria Helena Loureiro, dos Cidadãos por Coimbra, informou que a posição destes em
140 relação ao documento era semelhante à da CDU e que, por princípio, não seria um voto contra.

141
142 O Presidente da União das Freguesias esclareceu que, apesar de tudo, existiram algumas justificações
143 coerentes para a Câmara alterar o que ficou estabelecido anteriormente e deu como exemplo as obras na
144 Av. Marnoco e Sousa.

145
146 A Deputada Maria Helena Loureiro lamentou as prioridades do Presidente da Câmara.

147
148 O Deputado Nuno Sousa pediu esclarecimentos ao Presidente da União das Freguesias sobre o montante
149 de 25.000 euros, que lhe pareceu excessivo para custos administrativos inerentes aos problemas florestais
150 não sendo notificados proprietários para fazer as limpezas e numa união de freguesias em que quase não
151 há floresta.

152
153 O Presidente da União das Freguesias esclareceu que esse dinheiro se destinou à contratação de pessoas
154 para fazer as notificações, além das solicitações que foram aparecendo para limpeza da floresta, transporte
155 de inertes para o aterro e outras situações. Concluiu, dizendo que os 25.000 euros poderiam nem ser
156 suficientes para suportar as despesas das florestas.

157

158 O Deputado Nuno Sousa retomou a palavra para dizer que votar a proposta da Câmara com separações
159 era irregular e que, ante uma eventual votação, a bancada do PS abster-se-ia.
160
161 O Presidente da União das Freguesias respondeu que pretendia trazer a proposta à Assembleia porque os
162 seus membros mereciam participar numa proposta final levada à negociação entre a Junta de Freguesia e a
163 Câmara de Coimbra.
164
165 O Deputado Apolino Pereira, focado na questão das obras, constatou que as obras que a União de
166 Freguesias queria efectuar tinham sido apresentadas e votadas por unanimidade a 6 de Março.
167
168 O Presidente da Assembleia de Freguesias fez uma breve intervenção, não como Presidente da Mesa, mas
169 como militante do GCE Somos Coimbra (SC), congratulando-se pelas obras que iriam ser feitas na Rua
170 Augusto Simões. Pronunciou-se também sobre a forma do documento, lamentando que a Câmara tenha
171 apresentado um formato padrão antiquado e pouco flexível.
172
173 Seguidamente, colocou a votação, em separado, os capítulos I e II da proposta lida pelo Presidente da
174 Assembleia e assinalada na Ordem de Trabalhos, ressalvando o deputado Apolino Pereira haver ainda um
175 terceiro capítulo com disposições comuns.
176
177 Concluiu-se então que os capítulos e I e III seriam votados em conjunto e o capítulo II em separado.
178
179 Acabou por proceder-se a uma votação da proposta de votar o capítulo II separado dos outros e o
180 resultado foi a **aprovação**, com **9 (nove) a favor** e **4 (quatro) contra** (dos deputados do PS).
181
182 O Deputado Apolino Pereira respondeu que não se podia assinar um contrato por capítulos, ao que o
183 Presidente do Executivo esclareceu que este só queria votar a parte das obras e não a das florestas.
184
185 O Deputado Apolino Pereira quis saber o motivo porque inviabilizava o tratamento das florestas e o
186 Presidente do Executivo respondeu ser uma questão política, porque as Juntas de Freguesia não tinham
187 sido informadas.
188
189 O Presidente do Executivo acabou por retirar da consideração o capítulo II.
190
191 O Deputado Nuno Sousa acrescentou ainda a sugestão de se pôr a votação o documento como um todo, e
192 mediante o resultado e a discussão que se havia feito, tanto técnica, como política, o teor dela constaria da
193 ata. O Presidente da União das Freguesias devia posteriormente levá-la e apresentá-la ao Sr. Presidente da
194 Câmara, esclarecendo-o que a Assembleia aceitara uma parte mas rejeitara a outra, mesmo o documento
195 sendo formalmente aprovado como um todo por não poder ser votado de outro modo.
196
197 O Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que isso só seria possível se o Executivo retirasse a
198 proposta de votação em separado.
199
200 A Deputada Maria Helena Loureiro, em face da votação supra referida (9/4), mostrou-se indignada com a
201 eventual retirada da proposta.
202
203 Ao que, o Deputado Apolino Pereira informou a Mesa que a sua bancada (PS) se retiraria da votação em
204 partes separadas.
205
206 O Presidente da Assembleia das Freguesias confirmou a votação mesmo assim.
207
208 Os capítulos I e III do documento distribuído tiveram **aprovação**, com **7 (sete) votos favoráveis** e **2**
209 **(duas) abstenções** (CDU e CPC). Já o capítulo II, foi **rejeitado por unanimidade**.
210
211 O Deputado Manuel Tovar fez uma declaração de voto em nome da bancada do PSD em que afirmou
212 confiar no Executivo para negociar o melhor acordo para o protocolo com a Câmara de Coimbra.
213
214 O Deputado Nuno Sousa informou a Assembleia que o PS queria fazer uma declaração sobre o voto pois
215 tinha dúvidas quanto à legalidade do ato que ali se praticara (**Anexo 8**).
216
217 De seguida, passou-se ao **Ponto 2** (Discussão e votação do Regulamento e da fundamentação das taxas e

218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234

licenças para consulta pública nos termos da lei), onde a Deputada Maria Helena Loureiro inquiriu o Presidente da União das Freguesias no seguimento de uma questão que levantara já na semana anterior sobre o número de atestados de união de facto que a União das Freguesias passa, ao que o mesmo respondeu ser diminuto.

A Deputada retomou a palavra dizendo que houve um grande protesto da parte dos vários partidos e movimentos ali representados relativamente à discrepância de valores entre atestado de estado civil e de união de facto, pelo que deveria ser repensar-se uma situação considerada inaceitável e discriminatório.

O Presidente da União das Freguesias esclareceu que esse regulamento iria estar em discussão durante 30 (trinta), dias e depois voltaria à Assembleia, sendo os deputados a fixar os valores finais. O Presidente da União das Freguesias afirmou que durante esses 30 (trinta) dias havia tempo para os deputados pensarem melhor.

O Deputado Gonçalo Almeida questionou quem fizera a fundamentação das taxas financeiras e licenças e o Dr. Nelson Trindade respondeu que fora ele.

235 O Deputado Gonçalo Almeida continuou, dizendo que esperava que aquela fundamentação financeira não
236 tivesse sido paga e lamentou a injustificada taxa da união de facto, que se pode considerar discriminatória.
237
238 O deputado afirmou, em complemento, que a Junta, mesmo sendo com o anterior Executivo, tinha pago
239 ao Dr. Américo Petim um valor avultado para execução da fundamentação das taxas da UFC, sendo isto
240 um procedimento duvidoso.
241
242 O Deputado Nuno Sousa pronunciou-se globalmente sobre os preços e taxas propostos, dizendo que, na
243 opinião do PS, os aumentos eram excessivos para um único ano e deveriam ser feitos gradualmente.
244
245 O Presidente da União das Freguesias explicou que a situação do Mercado estaria ainda a ser analisada
246 pelo advogado e que iriam apresentar a taxa do mesmo a posteriori.
247
248 O Deputado Apolino Pereira lançou a ideia de o preço do uso do Pavilhão da Pedrulha distinguir entre o
249 período diurno e o no turno.
250
251 Neste contexto, o Presidente da Assembleia de Freguesias propôs dar 5 minutos às bancadas para que
252 apresentassem propostas.
253
254 Nos termos da Lei 75 de 2013, artigo 9º ponto 1 alínea d), o trabalho dos deputados resultou numa
255 proposta final global, subscrita por todos os partidos e **aprovada por unanimidade**, a ser sujeita a
256 consulta pública pelo já referido período de 30 (trinta) dias.
257
258 Nos termos da Ordem de Trabalhos, iniciou-se o **Ponto 3** (Aprovação do Regulamento do Licenciamento
259 das Actividades de Venda Ambulante de Lotarias, Arrumadores de Automóveis e Actividades Ruidosas
260 de Carácter Temporário).
261
262 O Deputado Gonçalo Almeida, em relação ao Ponto 3, destacou que os arrumadores, não tendo seguros
263 nem quaisquer benesses, também não são obrigados a pagar coimas. O Vogal do Executivo Manuel
264 Lobão interveio em concordância.
265
266 O Deputado Ricardo Barata alertou para a ilegalidade de pedir cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão
267 de Cidadão.
268
269 O Deputado Nuno Sousa considerou este documento um pró-forma e diz que o importante é as
270 actividades ruidosas obedecerem à lei do ruído.
271
272 O Presidente da Assembleia das Freguesias deu lugar à votação do regulamento em causa, o qual foi
273 objecto de **aprovação com 12 (doze) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 1 (uma) abstenção**
274 (Gonçalo Almeida).
275
276 Já dentro do **Ponto 4** (Discussão e aprovação do Orçamento Participativo da União das Freguesias de
277 Coimbra e respectivo Regulamento), o Deputado Gonçalo Almeida referenciou ter dúvidas sobre a
278 participação de menores, ainda para mais com a designação de eleitores. Pediu ainda para ser informado
279 quem são os técnicos envolvidos. Ao que o Presidente do Executivo disse não estar ainda definido quem
280 são os técnicos e estar aberto a sugestões.
281
282 O Deputado Ricardo Barata anunciou que o PS não tinha nada contra a existência de um Orçamento
283 Participativo e falou em evitar repetir palavras na redacção do diploma.
284
285 Outro tema abordado foi a inscrição para participação no Orçamento poder ser feita através de um
286 formulário disponibilizado pelos serviços administrativos da União das Freguesias.
287
288 O Deputado Manuel Tovar felicitou o Executivo, afirmando que aquele documento era um grande
289 exemplo.
290
291 O Deputado Apolino Pereira recomendou que o cronograma do artigo 14.º do Regulamento tivesse a
292 inclusão de datas.
293
294 O Presidente da União das Freguesias concordou e propôs que a publicitação começasse a 31 de Maio.

295 O Presidente da Assembleia de Freguesia criticou o regulamento do orçamento participativo municipal e
296 o do orçamento participativo da UFC por cada pessoa poder apenas apresentar uma proposta.
297
298
299 No entanto, logo se seguiu a votação, sendo a proposta **aprovada por unanimidade**.
300
301 O **Ponto 5** (Reapreciação e votação da proposta de Regimento da Assembleia submetida pela Comissão
302 Elaboradora) suscitou outra **aprovação por unanimidade**. As propostas de alteração foram retiradas e o
303 documento a sufrágio foi igual, aquele que tinha sido inicialmente colocado a votação em decorrência dos
304 trabalhos da Comissão Elaboradora.
305
306 O **Ponto 6** (Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias), iniciou-se com uma proposta do
307 Executivo no sentido de ser dado o nome do Prof. Doutor João Calvão da Silva à futura via central de
308 Coimbra.
309
310 A deputada Maria Helena Loureiro indicou que nem ela nem o seu GCE poderiam votar a favor de uma
311 proposta que considerou de cariz meramente partidário.
312
313 O Deputado Gonçalo Almeida lembrou existir um ex-Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz,
314 António Pinto dos Santos, já falecido e até também do PSD, que ainda ninguém lembrou.
315
316 O Deputado Nuno Sousa discordou igualmente do nome proposto, por achar que não tinha estatuto nem
317 projecção para dar nome a uma via tão importante como aquela.
318
319 O Presidente da União das Freguesias respondeu que, embora a pessoa em causa fosse da freguesia, ex-
320 ministro e ex-deputado à Assembleia da República, não excluía que se apontassem outros nomes,
321 estando-se, aliás, perante uma mera recomendação à Câmara Municipal de Coimbra
322
323 O Presidente da Assembleia de Freguesia explicou que, não tendo a Assembleia das Freguesia
324 competência para propor mas sim o Executivo, se ia abster no caso de haver mais nomes.
325
326 A Deputada Maria Helena Loureiro esclareceu que não apontava nomes nem fazia qualquer proposta
327 alternativa e que apenas falaria no nome do Dr. Alberto Vilaça como exemplo de alguém que também se
328 podia considerar.
329
330 Perante esta afirmação e outras similares, o Presidente de Assembleia de Freguesias disse que votaria
331 favoravelmente.
332
333 Efectuada a votação, a proposta foi **aprovada com 7 (sete) votos a favor, 4 (quatro) votos contra e 2**
334 **(duas) abstenções**.
335
336 O Presidente da Assembleia das Freguesias deu então conhecimento de uma moção do PSD sobre a nova
337 Maternidade de Coimbra.
338
339 O Deputado Manuel Tovar, em nome da bancada do PSD, pronunciou-se, dizendo que ainda não está
340 definida a localização da nova Maternidade de Coimbra mas soube que existe um relatório técnico sobre a
341 futura localização da mesma e o fim a dar às duas existentes. A União das Freguesias não foi ouvida nesse
342 processo e o Deputado lançou o repto para que esta fosse ouvida sobre o assunto em questão. Na moção
343 que foi apresentada, o PSD não tenciona propor uma localização ou fim a dar mas apenas sermos ouvidos
344 e conhecer o estudo mantido em segredo.
345
346 A Deputada Maria Helena Loureiro mostrou-se contrariada pela extensão do horário da reunião da
347 Assembleia e o Presidente da União das Freguesias questionou se era pertinente parar um ponto a meio.
348 Ao que o Deputado Manuel Tovar justificou o carácter de urgência do mesmo.
349
350 O Deputado Gonçalo Almeida explicitou que também queria propor uma moção em relação a uma
351 documentação que lhe fora entregue e à prestação de serviços da colaboradora Sónia Godinho.
352
353 Ante a óbvia necessidade de agendar para breve uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, o
354 Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão, da qual se lavrou a presente ata, a qual, uma vez

355
356

aprovada, vai a assinar pelo Presidente da Mesa e respectivas Secretárias.

Alfonso Madeira

357

Francisca Alexandra Pinamda Ribeiro

Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões